



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**02/08/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	1 - 3
1.2. DESEMBARGADOR.....	4 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADOR.....	6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	7 - 10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11 - 12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADOR.....	13 - 14
5.2. JUÍZES.....	15
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. VARA CRIMINAL.....	16
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DESEMBARGADOR.....	17
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DESEMBARGADOR.....	18 - 19
8.2. PROCESSO SELETIVO.....	20

# Prefeitura leva à Vila Palmeira ações do Todos por São Luís



*Prefeitura leva à Vila Palmeira ações do Todos por São Luís*

## Prefeitura leva à Vila Palmeira ações do Todos por São Luís

Uma grande festa com ações em várias áreas foi promovida pela Prefeitura de São Luís para a comunidade da Vila Palmeira neste sábado (1º) em mais uma edição do Programa Todos por São Luís. O prefeito Edivaldo novamente acompanhou as atividades de perto, ouviu a população sobre os anseios de melhorias e sentiu o clima de gratidão pelas obras e serviços levados a locais esquecidos por outras gestões.

Recebendo carinho de populares por onde passava, Edivaldo destacou a consolidação do programa, que já é disputado pelas lideranças de cada bairro. "Estamos vendo a alegria das pessoas. Muitas lideranças pedindo e ligando para que o programa aconteça no seu bairro. Então, é um sinal de que o programa deu certo, tendo em vista a solicitação das lideranças para que o Todos por São Luís contemple seu bairro. E justamente por essa grande demanda, o programa, que acontecia mensalmente, passou a ser semanal", disse.

O prefeito também explicou o funcionamento do programa, que abrange uma série de ações que iniciam na segunda-feira e levam benefícios ao bairro até a culminância, realizada aos sábados. "O programa tem início na segunda-feira em um determinado bairro e segue durante a semana com várias oficinas, com cursos de capacitação, envolvendo a comunidade com várias atividades. Na sexta-feira, temos uma mesa de diálogo com a comunidade para ouvir as lideranças da região e poder encaminhar as demandas que são repassadas

nesta reunião. E no sábado finalizamos o ciclo com muitas atividades na área social, na educação, na saúde com esporte, enfim, todas as secretarias de forma integrada em uma grande ação com a presença do prefeito e secretários", explicou o prefeito.

Dentro da própria edição da Vila Palmeira, o prefeito já teve solicitação de lideranças de outros bairros que foram ao evento somente pedir o programa na sua região. Pajé, líder comunitário da Vila Apaco, pediu uma edição para o seu bairro, mas salientou a quantidade de serviços já levados para a comunidade, que sofria muito, principalmente com os alagamentos. "Temos que reconhecer que o prefeito Edivaldo foi o que mais olhou pela nossa comunidade. Por isso gostaríamos da presença dele lá para agradecer e termos ainda mais serviços", pontuou. A Prefeitura entregará em breve a escola da comunidade.

O programa, idealizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), é coordenado pela primeira-dama Camila Holanda e tem como parceiros o Governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA).

A aposentada Maria Vanilde Soares, 64 anos, aproveitou para fazer uma consulta médica e abraçar o prefeito, agradecendo pela iniciativa. "É muito bom a gente vir aqui e poder falar diretamente com o prefeito, sem ter que passar por

outras pessoas. Mais direto. Eu só tenho coisas boas para dizer do Edivaldo. É um prefeito muito bom", afirmou.

Além de serviços de infraestrutura, com asfalto, limpeza, roça, a Prefeitura ofereceu oficinas e palestras educativas para os moradores. As oficinas já geraram renda para os moradores que, no próprio ato, já venderam seus produtos.

Participaram do ato de culminância, além de toda a equipe da Prefeitura, os vereadores Astro de Ogum (PR), Pedro Lucas Fernandes (PTB), Bárbara Soeiro (PMN), Estevão Aragão (SD), Josué Pinheiro (PSDC), Barbosa Lages (PDT), Ivaldo Rodrigues (PDT), Basileu (PSDC) e a suplente Fátima Araújo (PRP).

O vereador Pedro Lucas (PTB) destacou a participação da Câmara Municipal em todos os eventos, indicando problemas e auxiliando a Prefeitura nas resoluções. "O programa contempla toda a região e a Câmara participa ativamente com seus vereadores, indicando ações. O prefeito Edivaldo está de parabéns ao levar este conjunto de ações que vem beneficiando todos os bairros de São Luís", pontuou.

### RODA DE CONVERSA

- Compondo a programação do "Todos por São Luís", o prefeito Edivaldo participou na noite desta sexta-feira (31) da "Mesa de Diálogo do Prefeito com a Comunidade" no bairro da Vila Palmeira. A iniciativa visa cada vez mais estreitar o relacionamento da Prefeitura com a população, um dos objetivos do programa.

"Nós ouvimos as de-

mandas de cada um dos representantes das comunidades no entorno da Vila Palmeira. Nós viemos aqui para enfrentar os problemas e dar respostas à comunidade. Seja com um sim, onde continuaremos avançando, seja um não, explicando o porquê de não poder ser feito e buscar mais alternativas. Cada um hoje que solicitou demanda vai receber reposta de cada ponto solicitado, pois nossa gestão é feita com base no diálogo com a população", explicou o prefeito Edivaldo, que na ocasião esteve acompanhado de seu secretariado.

Durante o evento, cada líder comunitário dos bairros contemplados nesta edição leu um documento contendo as necessidades mais urgentes, a maioria delas na área de saúde, educação, mobilidade urbana, transporte e infraestrutura. Depois de ouvir as demandas apresentadas pelas lideranças, o prefeito abriu a palavra para os secretários presentes, que fizeram um breve relato das ações de suas pastas e dos benefícios já levados para a região.

Na região da Vila Palmeira, foram destacadas as melhorias e as medidas que já estão sendo executadas para atender aos anseios da população como a reforma do posto de saúde da Vila Palmeira com atendimento de urgência e emergência, a construção do Cras próprio para a região e a ampliação dos agentes do Programa Saúde na Família, que deve abrir concurso em breve para seleção de novas equipes do próprio bairro.



*Prefeitura leva à Vila Palmeira ações do Todos por São Luís*

## **Tecnicamente Primário**

*Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues*

**Pág. 9**

# Técnicamente Primário

*José Bernardo Silva Rodrigues*

Certa manhã, em meu gabinete, nesta Capital, recebi uma Senhora que queria saber por que a condenação de seu filho tinha sido igual a de um Fulano de Tal, no mesmo processo.

Semblante sério, decidida, parecia um tanto revoltada.

Disse-me, sem meias palavras: não venho reclamar da condenação do meu filho. Ele merece. Praticou um crime, deve pagar.

Perguntou, então, incisiva: por que Fulano de Tal, criminoso conhecido publicamente, com vários inquéritos na Delegacia de Polícia e processos perante a Justiça, teve a mesma pena que o meu filho?

O filho dela, Fulano de Tal e outro, haviam sido condenados por mim, pela prática do crime de assalto com uso de arma de fogo, sendo-lhes aplicada a pena de cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão, mínimo legal, cuja pena máxima são 15 anos.

Disse-me ainda, aquela sofrida Senho-

ra.

Meu filho nunca havia se envolvido em crime, nunca tinha sido preso, e todos no Bairro, sabem que Fulano de Tal tem pervertido muitos jovens, levando-os à criminalidade, mas, mesmo assim, o senhor condenou meu filho a pena igual ao daquele facinora.

E continuou aquela revoltada Senhora. Como o senhor explica isto?

É justo que meu filho cumpra a mesma pena que ele? Para que serve o Poder Judiciário, se as penas não são adequadas? Se não há paz social! Se não podemos criar corretamente nossos filhos!

Logo percebi que estava recebendo uma verdadeira aula de dosimetria de pena e que aquela pena não obedecia ao comando da Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito à sua individualização (art. 5º, inc. XLVI, cuja Constituição (1988), jurei cumprir e fazer cumprir.

Aquela pena não fora justa, posto que igualei

desiguais. Abominei, então, a tabela dos doutrinadores tarifando, previamente, as circunstâncias que envolvem os delitos, como se "tudo não dependesse do tempo e das circunstâncias", como ensina Eclesiastes, C9,11.

Também pasmei diante do fato, devidamente demonstrado, nos autos, a respeito da vida pregressa de Fulano de Tal e, mesmo assim impossibilitado de considerá-la para efeito da dosimetria da pena, ao argumento de que ofenderia o princípio da não culpabilidade.

Diante daquele quadro me veio a lume, outro ensinamento Bíblico, também insuperável: "aquele que absolve o réu e o que condena o justo, ambos são abomináveis perante Deus." (Prov. C 17, 15)

Aquela Senhora, em sua angústia de mãe sofrida, buscava apenas Justiça, o que naquelas circunstâncias não lhe pude assegurar, pois estava preso aos rumos doutrinários e jurisprudenciais, sentindo, então, não ter cumprido adequadamente o meu mister.

Naquelas circunstâncias agradei a Deus por ter me permitido sentir de coração aberto, que se faz necessário "ver a

vida como ela é, e não como somos ou como queremos que ela seja" e que as condutas, juridicamente, devem ser valoradas com os valores que se apresentam conforme o tempo e as circunstâncias.

Aquela Senhora me fez calar, sem lhe poder esclarecer que a pena aplicada ao Fulano de Tal, tivera por base sua primariedade técnica – jurisdiquês, como tantos outros, a emperrar o Poder Judiciário, impedindo-o de colimar sua verdadeira finalidade: assegurar a convivência pacífica, a preservação da ordem pública e a incolumidade da pessoa e do patrimônio.

Agradeceu por ter sido recebida e ouvida com o devido respeito, mas deixou em seu semblante a pergunta: Tecnicamente Primária não é a sua Justiça?



## Técnicamente Primário

Certa manhã, em meu gabinete, nesta Capital, recebi uma Senhora que queria saber por que a condenação de seu filho tinha sido igual a de um Fulano de Tal, no mesmo processo.

Semblante sério, decidida, parecia um tanto revoltada.

Disse-me, sem meias palavras: não venho reclamar da condenação do meu filho. Ele merece. Praticou um crime, deve pagar.

Perguntou, então, incisiva: por que Fulano de Tal, criminoso conhecido publicamente, com vários inquéritos na Delegacia de Polícia e processos perante a Justiça, teve a mesma pena que o meu filho?

O filho dela, Fulano de Tal e outro, haviam sido condenados por mim, pela prática do crime de assalto com uso de arma de fogo, sendo-lhes aplicada a pena de cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão, mínimo legal, cuja pena máxima são 15 anos.

Disse-me ainda, aquela sofrida Senhora. Meu filho

nunca havia se envolvido em crime, nunca tinha sido preso, e todos no Bairro, sabem que Fulano de Tal tem pervertido muitos jovens, levando-os à criminalidade, mas, mesmo assim, o senhor condenou meu filho a pena igual ao daquele facinora.

E continuou aquela revoltada Senhora. Como o senhor explica isto?

É justo que meu filho cumpra a mesma pena que ele? Para que serve o Poder Judiciário, se as penas não são adequadas? Se não há paz social! Se não podemos criar corretamente nossos filhos!

Logo percebi que estava recebendo uma verdadeira aula de dosimetria de pena e que aquela pena não obedecia ao comando da Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito à sua individualização (art. 5º, inc. XLVI), cuja Constituição (1988), jurei cumprir e fazer cumprir.

Aquela pena não fora justa, posto que igualei desiguais. Abominei, então, a tabela dos doutrinadores, tarifando, previamente, as circunstâncias que envolvem

os delitos, como se “tudo não dependesse do tempo e das circunstâncias”, como ensina Eclesiastes, C9,11.

Também pasmei diante do fato, devidamente demonstrado, nos autos, a respeito da vida pregressa de Fulano de Tal e, mesmo assim impossibilitado de considerá-la para efeito da dosimetria da pena, ao argumento de que ofenderia o princípio da não culpabilidade.

Diante daquele quadro me veio a lume, outro ensinamento Bíblico, também insuperável: “aquele que absolve o réu e o que condena o justo, ambos são abomináveis perante Deus.” (Prov. C 17, 15)

Aquela Senhora, em sua angústia de mãe sofrida, buscava apenas Justiça, o que naquelas circunstâncias não lhe pude assegurar, pois estava preso aos rumos doutrinários e jurisprudenciais, sentindo, então, não ter cumprido adequadamente o meu mister.

Naquelas circunstâncias agradei a Deus por ter me permitido sentir de coração aberto, que se faz necessário “ver a vida como ela é, e não como somos ou como queremos que ela seja” e que as condutas, juridicamente, devem ser valoradas com os valores que se apresentam conforme o tempo e as circunstâncias.

Aquela Senhora me fez calar, sem lhe poder esclarecer que a pena aplicada ao Fulano de Tal, tivera por base sua primariedade técnica – jurisdiquês, como tantos outros, a emperrar o Poder Judiciário, impedindo-o de colimar sua verdadeira finalidade: assegurar a convivência pacífica, a preservação da ordem pública e a incolumidade da pessoa e do patrimônio.

Agradeceu por ter sido recebida e ouvida com o devido respeito, mas deixou em seu semblante a pergunta: Tecnicamente Primária não é a sua Justiça?

---

**Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues**  
**Membro do Tribunal de Justiça do Estado do MA**  
**2ª Câmara Criminal**

---

# De entregador de pão a juiz: conheça Rodrigo Terças

Magistrado superou dificuldades para crescer **P. 3**

**Rodrigo Terças, juiz**

# “Não escolhi o Direito, mas nasci para estudá-lo e exercê-lo”

**Juiz de Tutoia, Rodrigo Terças vendeu pão quando jovem e usou as dificuldades da vida como motivação para evoluir e crescer**

**Juliene Hidelfonso**  
Da equipe de O Estado

O juiz de Direito Rodrigo Terças percorreu por um longo caminho. Foi de entregador de pães a magistrado, como brincam familiares e amigos. Passou pelos cargos de auxiliar administrativo, oficial de Justiça, analista judiciário do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. E afirma: “considero-me um juiz servidor, que enxerga nos servidores verdadeiros colegas e amigos unidos em prol da sociedade e do jurisdicionado, que são nossos verdadeiros patrões”.

Rodrigo Terças é ludovicense, tem 35 anos, carrega muitas experiências e garante ser um homem temente a Deus e apaixonado pela família e pelo trabalho. Seu pai, que tinha o segundo grau incompleto e pouquíssimas condições financeiras, conseguiu com muito esforço e sacrifício formar sua esposa e seus três filhos. A mãe conheceu a maternidade muito cedo e acabou deixando o conforto de sua família de classe média e os estudos para criar os filhos, mas quando os viu crescidos, mostrou garras novamente, voltou a estudar e se formou em Pedagogia. A família é para ele tudo. “É a minha

razão de existir, a fortaleza e o incentivo para continuar o trilhar da minha existência”, afirma.

**Conciliador** - Desde muito cedo, Rodrigo Terças se preocupou em resolver os problemas dos outros, dar conselhos e intervir em confusões ou participar de decisões, seja no âmbito familiar, dos amigos ou nos demais empregos que teve. Ele carrega consigo a humildade para onde quer que vá, sabendo separar o “juiz Rodrigo” do “Rodrigo cidadão”, ele não costuma levar para fora do fórum o que acontece lá. “As pessoas mais próximas, assim como alguns populares nas ruas de Tutoia, falam que, quando estou fora do trabalho, nem pareço que sou o juiz”, afirma.

O juiz acredita ser um homem muito agitado, meio turrão e teimoso, mas também é sincero, estudioso, trabalhado, além de brincalhão, amigo e muito romântico com sua esposa.

Aos 16 anos, por conta das dificuldades financeiras de sua família, teve que amadurecer rapidamente e começar a trabalhar cedo. Acordava às 5h com seu irmão do meio para fazer entrega de pães e, mesmo assim, nunca abandonou os estudos. Pelo contrário, estudava muito para alcançar o compromisso que havia feito consigo mesmo e com seus pais. “Aprendi, como lição principal, que o esforço e o estudo, como sempre diziam meus pais, são as molas propulsoras que impulsionam para um caminho de mudança e sucesso”, acrescenta.

**Juiz** - Escolher a profissão de juiz foi, como afirma Rodrigo Terças, “uma história engraçada”. Ele costumava dizer que nunca faria Direito e até ficava zangado com um padreiro que trabalhava na mesma padaria que ele e sempre dizia que ele tinha cara de quem faria Direito. Inicialmente, Rodrigo seguiu o caminho da informática e se formou no curso técnico de

programação pelo antigo Cefet-MA. Enquanto trabalhou como instalador de internet, teve a oportunidade de conhecer diversos advogados e juizes, com quem teve o prazer de conversar em cada visita técnica, o que foi, aos poucos, despertando nele um enorme interesse pela área.

Somente no quarto vestibular é que Rodrigo Terças alcançou a aprovação. Não demorou a perceber que havia nascido para aquilo. “Hoje eu entendo o que disse o juiz Jorge Adelar no seu texto ‘Como ser um bom juiz’ e o desembargador do TJ/RN Caio Alencar em seu texto ‘Juiz Nasce Juiz. Ninguém se faz Juiz’, pois a pessoa que alcançará o cargo já nasce juiz e isso se constata na prática de atitudes inerentes à essência do julgador durante a sua vida, mesmo que não perceba. Em resumo, a aprovação no concurso acaba por ser apenas a efetivação dessa vocação. Desse modo, posso dizer que não escolhi o Direito, mas nasci para estudá-lo e exercê-lo”, confirma o juiz Rodrigo Terças.

Hoje, Rodrigo Terças ocupa o cargo de juiz e acredita ser suspeito em falar sobre a carreira. “Sou suspeito para falar sobre o que representa a magistratura para mim. Não por ocupar um cargo de magistrado, mas pelo fato de amar o Poder Judiciário como um pai que teve a oportunidade de formar seu filho dentro dos cargos oferecidos em sua estrutura. Desde carimbar papéis, a hoje julgar, como magistrado. Para mim, a Magistratura representa, principalmente num país como o nosso, acometido do mal da corrupção e do desmando para com os mais necessitados, a última esperança em probidade, retidão e capacidade em se fazer respeitar a constituição e as leis, assegurando direitos que deveriam ser garantidos por todas as instituições”, acrescenta.

**Missão** - Rodrigo Terças começou como servidor do Judiciário, carimbando papéis e fazendo serviços administrativos, até alcançar os demais cargos, o que o permitiu ter conhecimento de toda a estrutura e visualizar a movimentação e caminhos pelo qual o processo passa. Com essa experiência, ele consegue pensar logicamente e estabelecer fluxos que compartilha com os servidores, bem como entender o que impede a rápida tramitação e tentar estabelecer caminhos que permitam entregar a jurisdição de forma mais rápida.

“Não costumo reclamar do volume de trabalho, em que pese os problemas estruturais e a crescente judicialização dos conflitos, pois, além de gostar muito de trabalhar, procuro sempre exercer minhas funções judicantes e sociais com afinco e sempre prestando contas à sociedade, assim como prestava contas aos meus superiores hierárquicos”, ressalta.

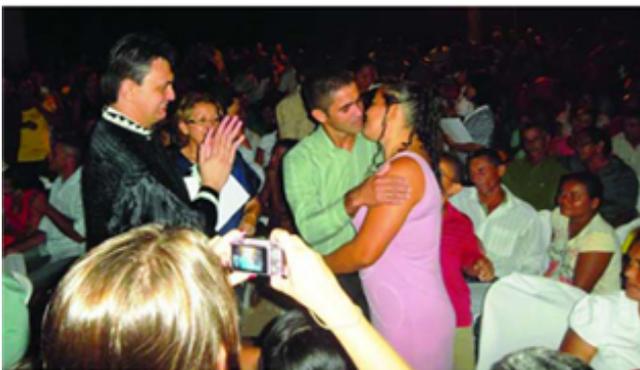
Atuou como juiz substituto nas comarcas de Timon, Itapecuru-Mirim e Tuntum, sendo titularizado em Tasso Fragoso e, em seguida, removido por merecimento para Tutoia, onde está atuando há aproximadamente três anos e meio. Na cidade, realiza audiências públicas anuais de prestação de contas sobre as atividades da comarca, além de colher críticas e sugestões para o aprimoramento dos serviços.

Além disso, ele participa de palestras em escolas e eventos com jovens e crianças sobre o Estatuto da Criança e Adolescente CA, abuso sexual, entre outros temas. Participa também de audiências públicas relacionadas à segurança pública com a sociedade. “A Comarca de Tutoia é uma instituição muito respeitada e que tem cumprido o seu papel e muito disso se deve ao esforço de todos os servidores e a transparência dada sobre os serviços prestados”, acrescentou.

Fotos/Biáman Prado



Rodrigo Terças já passou pelas comarcas de Timon, Itapecuru-Mirim e Tuntum; hoje, magistrado está à frente da comarca de Tutoia



Juiz celebrando casamento comunitário no interior do estado

**1** **RAIO-X**

<b>NOME COMPLETO</b> Rodrigo Otávio Terças Santos	<b>QUALIDADE</b> Trabalhador
<b>NASCIMENTO</b> 3 de novembro de 1979	<b>DEFEITO</b> Perfeccionista
<b>PROFISSÃO</b> Juiz	<b>ALEGRIA</b> Ficar com a família
<b>FILIAÇÃO</b> Wener Jorzino Santos e Ednilde Guerra Terças Santos	<b>TRISTEZA</b> Ver a pobreza do povo
<b>FILHA</b> Julia de Miranda Terças Santos	<b>SAUDADES</b> "Quando vivíamos juntos em casa, pais e irmãos"
<b>ESPOSA</b> Larissa de Miranda Terças Santos	<b>PLANOS</b> "Ver minha filha crescer com saúde e educação"



Rodrigo recebe crianças em seu gabinete em projeto que desenvolve

# Saúde é uma das prioridades do juiz

Antes de ingressar na magistratura, Rodrigo Terças era adepto da corrida de rua e se exercitava frequentemente, porém, com a vida de juiz substituto e o compromisso nas comarcas pelas quais passou, acabou deixando de lado o cuidado com a saúde, o que já estava causando alguns problemas.

"Graças a minha esposa e ao esforço pessoal, voltei à atividade física há um ano e quatro meses, frequentando academia, mesmo após a extenuante jornada de trabalho, bem como a ter acompanhamento nutricional. Passei a entender que nosso corpo funciona como uma máquina que precisa ser cuidada e revisada e, assim, tenho tentado agir", comenta.

Cuidar da saúde é uma das prioridades de Rodrigo Terças, mas a vida vai muito além disso. Aos poucos, ele foi crescendo e aprendendo muitas coisas, principalmente sobre o sucesso. "Nessa vida não existe con-

corrência que nos impeça de chegar a algum lugar, a não ser aquela imposta por nós mesmos. Pude perceber nesse trilhar de 35 anos que o sucesso se sustenta sob três pilares essenciais, quais sejam: estudo, dedicação e insistência", garante.

Rodrigo tem uma filha pequena e, em seu tempo livre, se dedica a ela. "Isso é muito legal, podem até rir, mas brincar de boneca com minha filha de 3 anos ou retroceder a minha idade de bebê para fingir ser seu filhinho tem sido umas das atividades que mais vem me causando prazer. Acredito que cada fase da vida dela me traz algo de novo e tento aproveitar ao máximo quando estou próximo", confessa.

Mas, além de estar com sua filha, Rodrigo é um apaixonado por conhecer lugares novos. Adora viajar e ter a sensação de liberdade e poder fazer certas bobagens sem ter vergonha por ter a falsa sensação de não ser reconhecido.

“

Pude perceber nesse trilhar de 35 anos que o sucesso se sustenta sob três pilares essenciais, quais sejam: estudo, dedicação e insistência”

Arquivo Pessoal



Rodrigo Terças com a esposa, Larissa Terças Santos, em sua cerimônia de posse como juiz de Direito

# Programa “Todos por São Luís” vem dando popularidade para Edivaldo Jr.

PÁGINA 8

---

SÓ NA MANHA!

*Uma grande festa com ações em várias áreas foi promovida pela Prefeitura de São Luís para a comunidade da Vila Palmeira neste sábado (1º) em mais uma edição do Programa Todos por São Luís.*

## Programa "Todos por São Luís" vem dando popularidade para Edivaldo Junior

O prefeito Edivaldo novamente acompanhou as atividades de perto, ouviu a população sobre os anseios de melhorias e sentiu o clima de gratidão pelas obras e serviços levados a locais esquecidos por outras gestões.

Recebendo carinho de populares por onde passava, Edivaldo destacou a consolidação do programa, que já é disputado pelas lideranças de cada bairro. "Estamos vendo a alegria das pessoas. Muitas lideranças pedindo e ligando para que o programa aconteça no seu bairro. Então, é um sinal de que o programa deu certo, tendo em vista a solicitação das lideranças para que o Todos por São Luís contemple seu bairro. E justamente por essa grande demanda, o programa, que acontecia mensalmente, passou a ser semanal", disse.

O prefeito também explicou o funcionamento do programa, que abrange uma série de ações que iniciam na segunda-feira e levam benefícios ao bairro até a culminância, realizada aos sábados. "O programa tem início na segunda-feira em um determinado bairro e segue durante a semana com várias oficinas, com cursos de capacitação, envolvendo a comunidade com várias atividades. Na sexta-feira, temos uma mesa de diálogo com a comunidade para ouvir as lideranças da região e poder encaminhar as demandas que são repassadas nesta reunião.



**Edivaldo Holanda tá recebendo carinho de populares por onde anda**

E no sábado finalizamos o ciclo com muitas atividades na área social, na educação, na saúde com esporte, enfim, todas as secretarias de forma integrada em uma grande ação com a presença do prefeito e secretários", explicou o prefeito.

Dentro da própria edição da Vila Palmeira, o prefeito já teve solicitação de lideranças de outros bairros que foram ao evento somente pedir o programa na sua região. Pajé, líder comunitário da Vila Apaco, pediu uma edição para o seu bairro, mas salientou a quantidade de serviços já levados para a comunidade, que sofria muito, principal-

mente com os alagamentos. "Temos que reconhecer que o prefeito Edivaldo foi o que mais olhou pela nossa comunidade. Por isso gostaríamos da presença dele lá para agradecer e termos ainda mais serviços", pontuou. A Prefeitura entregará em breve a escola da comunidade.

O programa, idealizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), é coordenado pela primeira-dama Camila Holanda e tem como parceiros o Governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA).

A aposentada Maria Vanil-

de Soares, 64 anos, aproveitou para fazer uma consulta médica e abraçar o prefeito, agradecendo pela iniciativa. "É muito bom a gente vir aqui e poder falar diretamente com o prefeito, sem ter que passar por outras pessoas. Mais direto. Eu só tenho coisas boas para dizer do Edivaldo. É um prefeito muito bom", afirmou.

Além de serviços de infraestrutura, com asfalto, limpeza, roça, a Prefeitura ofereceu oficinas e palestras educativas para os moradores.

As oficinas já geraram renda para os moradores que, no próprio ato, já venderam seus produtos.

Participaram do ato de culminância, além de toda a equipe da Prefeitura, os vereadores Astro de Ogum (PR), Pedro Lucas Fernandes (PTB), Bárbara Soeiro (PMN), Estevão Aragão (SD), Josué Pinheiro (PSDC), Barbosa Lages (PDT), Ivaldo Rodrigues (PDT), Basileu (PSDC) e a suplente Fátima Araújo (PRP).

O vereador Pedro Lucas (PTB) destacou a participação da Câmara Municipal em todos os eventos, indicando problemas e auxiliando a Prefeitura nas resoluções. "O programa contempla toda a região e a Câmara participa ativamente com seus vereadores, indicando ações. O prefeito Edivaldo está de parabéns ao levar este conjunto de ações que vem beneficiando todos os bairros de São Luís", pontuou.

# Opinião



*Tecnicamente primário*  
José Bernardo Silva Rodrigues

# Tecnicamente Primário

**JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES**  
DESEMBARGADOR  
MEMBRO DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DO MARANHÃO  
COMPONDO A 2ª  
CÂMARA CRIMINAL

Certa manhã, em meu gabinete, nesta Capital, recebi uma Senhora que queria saber por que a condenação de seu filho tinha sido igual a de um Fulano de Tal, no mesmo processo.

Semblante sério, decidida, parecia um tanto revoltada.

Disse-me, sem meias palavras: não venho reclamar

da condenação do meu filho. Ele merece. Praticou um crime, deve pagar.

Perguntou, então, incisiva: por que Fulano de Tal, criminoso conhecido publicamente, com vários inquéritos na Delegacia de Polícia e processos perante a Justiça, teve a mesma pena que o meu filho?

O filho dela, Fulano de Tal e outro, haviam sido condenados por mim, pela prática do crime de assalto com uso de arma de fogo, sendo-lhes aplicada a pena de cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão, mínimo legal, cuja pena máxima são 15 anos.

Disse-me ainda, aquela sofrida Senhora. Meu filho nunca havia se envolvido em crime, nunca tinha sido preso, e todos no Bairro, sabem que Fulano de Tal tem pervertido muitos jovens, levando-os à criminalidade, mas, mesmo assim, o senhor condenou meu filho a pena igual ao daquele facínora.

E continuou aquela revoltada Senhora. Como o senhor explica isto?

É justo que meu filho cumpra a mesma pena que ele? Para que serve o Poder Judiciário, se as penas não são adequadas? Se não há paz social! Se não podemos criar corretamente nossos filhos!

Logo percebi que estava recebendo uma verdadeira aula de dosimetria de pena e que aquela pena não obedecia ao comando da Constituição da República Federativa do Brasil, no



que diz respeito à sua individualização (art. 5º, inc. XLVI), cuja Constituição (1988), jurei cumprir e fazer cumprir.

Aquela pena não fora justa, posto que igualei desiguais. Abominei, então, a tabela dos doutrinadores, tarifando, previamente, as circunstâncias que envolvem os delitos, como se “tudo não dependesse do tempo e das circunstâncias”, como ensina Eclesiastes, C9,11.

Também pasmei diante do fato, devidamente demonstrado, nos autos, a respeito da vida pregressa de Fulano de Tal e, mesmo assim impossibilitado de considerá-la para efeito da dosimetria da pena, ao argumento de que ofenderia o princípio da não culpabilidade.

Diante daquele quadro me veio a lume, outro ensinamento Bíblico, também insuperável: “aquele que absolve o réu e o que condena o justo, ambos são abomináveis perante Deus.” (Prov. C 17, 15)

Aquela Senhora, em sua angústia de mãe sofrida, buscava apenas Justiça, o que naquelas circunstâncias não lhe pude assegurar, pois

estava preso aos rumos doutrinários e jurisprudenciais, sentindo, então, não ter cumprido adequadamente o meu mister.

Naquelas circunstâncias agradei a Deus por ter me permitido sentir de coração aberto, que se faz necessário “ver a vida como ela é, e não como somos ou como queremos que ela seja” e que as condutas, juridicamente, devem ser valoradas com os valores que se apresentam conforme o tempo e as circunstâncias.

Aquela Senhora me fez calar, sem lhe poder esclarecer que a pena aplicada ao Fulano de Tal, tivera por base sua primariedade técnica – jurisdiquês, como tantos outros, a emperrar o Poder Judiciário, impedindo-o de colimar sua verdadeira finalidade: assegurar a convivência pacífica, a preservação da ordem pública e a incolumidade da pessoa e do patrimônio.

Agradeceu por ter sido recebida e ouvida com o devido respeito, mas deixou em seu semblante a pergunta: Tecnicamente Primária não é a sua Justiça?

# Jazzencontros no Gaia



**O Juiz Amílcar Rocha e  
com a esposa**

O jazz surgiu entre 1890 e 1910 em Nova Orleans, marcado pela improvisação, o swing e outros ritmos não lineares. A maior influência do jazz foi o Blues, também derivado das canções de trabalho dos negros. Posteriormente, surgiu um jazz mais intelectual e de grande aceitação: o cool jazz. Em São Luis, o estilo musical que ganhou o mundo, vem sendo muito bem representado pela banda Jazzencontros. O grupo se apresenta todos os sábados, às 20:00hs, no Gaia Restaurante, com um trabalho inovador para o cenário musical maranhense por apresentar ao público o jazz cantado, estilo que, geralmente, é executado somente por grupos instrumentais.

## Operação da Polícia Civil de Açaílândia prende homicidas em São Pedro d'Água Branca

*Os irmãos André e Rafael Rocha são acusados de envolvimento na morte da dona de casa Tina Charles Rodrigues em Imperatriz*

Uma operação da Polícia Civil da Delegacia Regional de Açaílândia, sob o comando do delegado Assis Ramos, culminou nas prisões de dois elementos acusados de um assassinato ocorrido em outubro do ano passado, na Vila Cinco Irmãos, periferia de Imperatriz.

Os irmãos Rafael Farias Rocha, 21 anos, e André Farias Rocha, 20 anos, foram presos na manhã desse sábado, 1º de agosto, na cidade de São Pedro d'Água Branca. Os dois são acusados de ser os cabeças da ação criminosa que resultou no assassinato da dona de casa Tina Charles Rodrigues, fato ocorrido em outubro do ano passado, na Vila Cinco Irmãos, periferia de Imperatriz. Na ocasião, uma gangue comandada por Rafael e André foi até a casa de Tina Charles para matar o filho dela. Como o jovem não foi encontrado, foi morta a mãe dele, que nada tinha a ver com a situação. Os outros componentes da gangue são menores. Os comparsas de

Divulgação/Polícia Civil



**Os irmãos Rafael e André Farias Rocha estão à disposição da justiça**

Rafael e André aplicaram oito facadas em Tina Charles.

Os policiais cumpriram mandados de prisão em desfavor de Rafael e André decretados pela juíza da 1ª Vara Criminal, Edilza Barros Ferreira Lopes Viegas. Na ocasião, o crime foi investigado pelo delegado Assis Ramos, então titular da Delegacia Regional de Polícia Civil em Imperatriz. Com a transferência dele para Açaílândia, ficou sabendo que os dois irmãos estavam homiziados em São Pedro d'Água Branca e neste sábado armou a operação para prendê-los.

Na casa onde os acusados estavam homiziados em São Pedro d'Água Branca, os policiais apreenderam droga e um pé de maconha. Rafael e André são suspeitos de ser os autores do assassinato de Ronierson Amarante de Abreu, fato ocorrido também em outubro do ano passado.

Os dois foram transferidos ainda ontem para a Delegacia Regional em Imperatriz, de onde serão levados para uma das unidades prisionais da região (UPRI-Imperatriz ou UPRD-Davinópolis), onde ficarão à disposição da justiça.

## ARTIGO

### Tecnicamente Primário

**C**erta manhã, em meu gabinete, nesta Capital, recebi uma Senhora que queria saber por que a condenação de seu filho tinha sido igual a de um Fulano de Tal, no mesmo processo.

Semblante sério, decidida, parecia um tanto revoltada.

Disse-me, sem meias palavras: não venho reclamar da condenação do meu filho. Ele merece. Praticou um crime, deve pagar.

Perguntou, então, incisiva: por que Fulano de Tal, criminoso conhecido publicamente, com vários inquéritos na Delegacia de Polícia e processos perante a Justiça, teve a mesma pena que o meu filho?

O filho dela, Fulano de Tal e outro, haviam sido condenados por mim, pela prática do crime de assalto com uso de arma de fogo, sendo-lhes aplicada a pena de cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão, mínimo legal, cuja pena máxima são 15 anos.

Disse-me ainda, aquela sofrida Senhora. Meu filho nunca havia se envolvido em crime, nunca tinha sido preso, e todos no Bairro, sabem que Fulano de Tal tem pervertido muitos jovens, levando-os à criminalidade, mas, mesmo assim, o senhor condenou meu filho a pena igual ao daquele facinora.

E continuou aquela revoltada Senhora. Como o senhor explica isto?

É justo que meu filho cumpra a mesma pena que ele? Para que serve o Poder Judiciário, se as penas não são adequadas? Se não há paz social! Se não podemos criar corretamente nossos filhos!

Logo percebi que estava recebendo uma verdadeira aula de dosimetria de pena e que aquela pena não obedecia ao comando da Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito à sua individualização (art. 5º, inc. XLVI), cuja Constituição (1988), jurei cumprir e fazer cumprir.

Aquela pena não fora justa, posto que igualei desiguais. Abominei, então, a tabela dos doutrinadores, tarifando, previamente, as circunstâncias que envolvem os delitos, como se "tudo não dependesse do tempo e das circunstâncias", como ensina Eclesiastes, C9,11.

Também pasmei diante do fato, devidamente demonstrado, nos autos, a respeito da vida pregressa de Fulano de Tal e, mesmo assim impossibilitado de considerá-la para efeito da dosimetria da pena, ao argumento de que ofenderia o princípio da não culpabilidade.

Diante daquele quadro me veio a lume, outro ensinamento Bíblico, também insuperável: "aquele que absolve o réu e o que condena o justo, ambos são abomináveis perante Deus." (Prov. C 17, 15)

Aquela Senhora, em sua angústia de mãe sofrida, buscava apenas Justiça, o que naquelas circunstâncias não lhe pude assegurar, pois estava preso aos rumos doutrinários e jurisprudenciais, sentindo, então, não ter cumprido adequadamente o meu mister.

Naquelas circunstâncias agradei a Deus por ter me permitido sentir de coração aberto, que se faz necessário "ver a vida como ela é, e não como somos ou como queremos que ela seja" e que as condutas, juridicamente, devem ser valoradas com os valores que se apresentam conforme o tempo e as circunstâncias.

Aquela Senhora me fez calar, sem lhe poder esclarecer que a pena aplicada ao Fulano de Tal, tivera por base sua primariedade técnica – jurisdiquês, como tantos outros, a emperrar o Poder Judiciário, impedindo-o de colimar sua verdadeira finalidade: assegurar a convivência pacífica, a preservação da ordem pública e a incolumidade da pessoa e do patrimônio.

Agradeceu por ter sido recebida e ouvida com o devido respeito, mas deixou em seu semblante a pergunta: Tecnicamente Primária não é a sua Justiça?

Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues  
Membro do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão  
Compondo a 2ª Câmara Criminal.

- **Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves, desembargadora (aposentada), e José Max Pereira Barros, deputado estadual. Aniversariam hoje.**



## José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

### SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE A LEI?

É princípio republicano: todos são iguais perante a lei. Verdade? Em parte, sim. Contudo, uns são mais iguais que outros, já que aprontam e fazem o que lhes dá na cabeça, na certeza da impunidade, contando com a complacência das instâncias formais de controle, que, conforme se sabe, ao longo da nossa história, têm sido seletivas, com os olhos voltados apenas para os criminosos egressos das classes menos favorecidas, com os olhos vendados quando se trata de delinquente de posição destacada.

Nesse cenário, temos testemunhado, com desalento, o enriquecimento ilícito de muitos agentes públicos, cientes da impunidade, certos de que as instâncias de controle só excepcionalmente os alcançarão. E assim, agem à luz do dia, à vista de todos, como o mais destemido dos meliantes, pois têm ciência e consciência de que, se forem presos, será por pouco tempo, apenas o suficiente para que o cidadão desavisado tenha a falsa impressão de que a justiça não é discriminadora, que vale para todos.

Esse é o quadro que, infelizmente, até bem pouco tempo, mais precisamente até o julgamento do famigerado "mensalão", se descortinava sob os nossos olhos, a minar a nossa esperança, a nossa crença de que a lei deveria a todos alcançar, sem discriminação, sem a seletividade que hoje tem sido a sua marca mais visível e, também, mais desalentadora.

Todavia, vejo, agora, uma flagrante e alentadora tendência no sentido inverso, ou seja, de igualar a todos os brasileiros perante a lei, ou, pelo menos, de tentativas nesse sentido, como temos testemunhado em face das diversas operações deflagradas pelas instâncias federais, que nos dão a esperança - que, espero, não seja vã - de que, logo, logo, as instâncias estaduais possam agir com o mesmo denodo, no sentido de punir exemplarmente quem faz uso de um mandato outorgado para alcançar o dinheiro público.

Espero, sinceramente, que isso ocorra com a máxima brevidade. É que tem que ser assim mesmo. Ninguém deve - ou deveria, pelo menos - se sentir autorizado a fazer o que lhe apraz no exercício do poder, na certeza da impunidade, na certeza de estar acima da lei, de estar à ilharga dos órgãos de controle do Estado, sensação que, sejamos sinceros, decorre da omissão, da leniência, da inércia, enfim, desses mesmos órgãos, sobretudo no âmbito estadual.

Portanto, é preciso acabar com essa nefasta cultura terceiro-mundista de que uns podem sempre mais que os outros, de que a lei não vale para todos, de que os seus rigores valem para uma maioria desamparada e desassistida, e de que os seus favores são destinados apenas e tão somente a uma elite, a uma minoria que tanto mal tem feito ao país.

Mas, convenhamos, sejamos realistas, para que isso se torne uma regra, para que os órgãos persecutórios - sobretudo no que se refere aos Estados, mais propícios a ingerências indevidas - ajam com o necessário destemor, ainda há um longo caminho a percorrer, porque entre nós ainda viceja, com muito mais intensidade, o apadrinhamento, o sistema de proteção, as ingerências indevidas, o favorecimento.

A cultura da impunidade, infelizmente, está sedimentada entre nós, pois, em certa medida, somos todos complacentes com as roubafeiras que se perpetuam no Estado. E, quando ocorre alguma reação efetiva das instâncias de controle, envolvendo figuras destacadas da República, testemunhamos reações destemperadas e inconsequentes dos investigados, acostumados, desde sempre, com a impunidade, com a certeza de que estão acima da lei, como tem ocorrido nos dias presentes em face da ação destemida, no âmbito federal, da Polícia, do Ministério Público e de um magistrado, que não têm medido esforços para alcançar os meliantes de colarinho branco que toma-

ram de assalto a Petrobras.

Tenho testemunhado, com certa indignação, reações descontroladas e irresponsáveis de figuras de destaque no cenário nacional, motivadas pelas ações destemidas e exemplares das instâncias formais de controle, acostumados que foram, desde sempre, com a complacência, com a omissão do Estado que, como anotei acima, só tinha as suas ações voltadas para a pequena criminalidade.

Os tempos, definitivamente, são outros, e nunca pensei testemunhar uma medida de força contra próceres da República, a reafirmar o fortalecimento das instituições. Eu até imaginava que isso pudesse ocorrer, mas em filme ou em sonho, razão pela qual a realidade que vivemos hoje ainda assusta a muitos como eu, acostumados com a omissão do Estado.

Nunca imaginei testemunhar figuras expressivas da República sendo investigadas e obrigadas a prestar contas à sociedade. Tampouco pensei em testemunhar a prisão de tantas pessoas destacadas da sociedade, exatamente as que sempre se colocaram acima da lei, confiantes, cientes da omissão das instâncias de controle.

Por tudo isso, creio que está próximo o dia em que, por essas plagas, como no primeiro mundo, todos serão, materialmente, iguais perante a lei. E quando esse dia chegar, quem vai dar risadas sou eu. Por enquanto, esboço apenas um sorriso acanhado, com o justificado receio de que tudo, ao fim e ao cabo, como tantas outras operações levadas avante no âmbito federal, se transforme num grande pesadelo.

O que espero mesmo, quase impaciente, é que, também nos Estados, onde os desvios de verbas públicas são uma sórdida realidade, sobretudo nas esferas municipais, as instâncias de controle - Ministério Público, Polícias e Poder Judiciário - saiam da inércia, deixem a sua prosaica letargia de lado, para, assumindo uma

postura definitiva, agirem na mesma medida e com a mesma tenacidade das instâncias federais, no sentido de punir os que teimam em sangrar os cofres públicos.

A verdade é que não se pode mais transigir com tanta inércia em face da sangria dos cofres públicos municipais, em detrimento dos interesses da população, sangria que decorre da certeza da impunidade, em face da omissão, da inércia, enfim, dos órgãos de controle, salvo uma ou outra exceção.

Estou testemunhando, sim, o fortalecimento das nossas instituições. E chegará o dia em que, as ações que hoje testemunho como uma exceção, irão se tornar uma regra. E, quando isso se tornar realidade, o gestor público poderá até se locupletar do dinheiro do contribuinte, porque isso é inevitável, mas o fará sabendo que, se for pego, não se beneficiará do tratamento discriminatório que hoje prepondera na esfera criminal; ele o fará ciente de que a lei, definitivamente, vale para todos.

Tenho reafirmado que nada é mais danoso para a convivência social que a ação dos que se imaginam superiores, dos que pensam estar acima da lei; dos que esquecem que as pessoas são, essencialmente, iguais, razão pela qual, perante a lei, ninguém deve se sentir imune ou superior, convindo trazer à colação, para ilustrar, a sábia e reflexiva lição de Luis Roberto Barroso, segundo o qual nada mais triste para o espírito do que uma pessoa se achar melhor que a outra, seja por sua crença, cor, sexo, origem ou por qualquer outro motivo **(in A fé, a razão e outras crenças).**

## Juízes

Aprovados no último concurso público, 30 novos juízes de direito foram nomeados pela presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, depois de frequentarem o curso de formação na Escola Superior de Magistratura do Maranhão. Os atos de nomeação foram publicados no Diário da Justiça Eletrônico do dia 30.